

A FONTE QUE NÃO QUER SER IDENTIFICADA NA ENUNCIÇÃO JORNALÍSTICA

Neuza Zattar*
UNEMAT

Resumo: *Este artigo analisa o funcionamento da “fonte” que não quer ser identificada na enunciação jornalística, sob a forma de discurso relatado indireto, examinando como se constrói a relação entre o dizer do locutor-jornalista que busca a informação e o querer dizer da fonte que fornece a notícia, em nome do sigilo. Para este trabalho, abordamos o discurso citado em Bakhtin (1995), a dupla enunciação em Ducrot (1987) e as figuras da enunciação em Guimarães (2005, 2011), e fundamentamos as análises na perspectiva da Semântica da Enunciação.*

Abstract: *This article analyzes the functioning of the “source” that does not want to be identified in the journalistic enunciation, in the form of indirectly reported discourse, examining how the relationship between the speaker-journalist’ saying that seeks the information and the meaning of the source that provides the news, in the name of the stealth. For this work, we substantiate the discourse mentioned in Bakhtin (1995), the double-enunciation in Ducrot (1987) and the figures of the enunciation in Guimarães (2005, 2011), and we base the analyzes in the perspective of Semantics of Enunciation.*

1. Introdução

Nas notícias publicadas em jornais eletrônicos que circulam quase ao mesmo tempo em que são enunciadas, nos deparamos, algumas vezes, com o emprego do enunciado *disse a fonte que não quis ser identificada*, que se particulariza pelo modo de como esse dizer, que aparece no fio da enunciação jornalística, é incorporado à enunciação do locutor-jornalista com a chancela da fonte que não quer ser identificada.

Na linguagem jornalística, espera-se, por princípio, que toda fonte deve ser identificada. No entanto, segundo Cornu (1999, p.77), “se a

fonte não pode ser claramente situada, identificada e confirmada, a deontologia¹ obriga o jornalista a abster-se ou garantir o sigilo”, ou seja, “o jornalista que recebe informações a título de confidencial é autorizado pela deontologia a servir-se delas, desde que não se revele a sua origem”. (idem, p. 86). Geralmente, utiliza-se na linguagem jornalística o termo “off” para designar uma informação dada por uma fonte que não deseja revelar sua identidade e “on” para a fonte que permite que seu nome seja publicado e/ou revelado.

A não identificação da fonte que fornece a informação, e que a princípio nos parece contraditório, está assegurada na Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 ou Lei da Imprensa (atualizada até janeiro de 2010) que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. O Art. 7º da lei diz que

No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radiorrepórteres ou comentaristas.

Além da proteção jornalística garantida pela Lei da Imprensa (Art. 71²), a Constituição Federal de 1988, conforme o inciso XIV do Art. 5º, também “assegura a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Asseguradas juridicamente as condições do dizer da *fonte que não quis ser identificada* na enunciação jornalística, pretendemos neste artigo analisar o funcionamento desse sujeito que se coloca no lugar da fonte de informações, mas que não quer ser identificado, e examinar como se constrói a relação enunciativa entre o dizer do locutor-jornalista que busca a informação e o querer dizer do locutor-fonte que fornece a informação em nome da manutenção do sigilo. Também serão analisadas outras formas de discurso relatado indireto, entre elas, a da “fonte” que diz e pede para não ser identificada.

Para fundamentar teoricamente a nossa proposta, abordaremos o discurso citado em Bakhtin (1995), a dupla enunciação em Ducrot (1987) e as figuras da enunciação em Guimarães (2005) e, a seguir, mostraremos como o enunciado *disse a fonte que não quis ser identificada* funciona nos recortes de textos extraídos de jornais

eletrônicos, ao ser incorporado e ressignificado na enunciação jornalística.

2. Enunciação e discurso relatado

2.1 O discurso citado em Bakhtin [Volochinov]

Se nas gramáticas normativas brasileiras, os tipos de discurso (direto, indireto e indireto livre) e suas modificações são definidos e exemplificados no campo disciplinar da sintaxe da frase, para Bakhtin [Volochinov] (1995), numa perspectiva dialógica/interacional, esses discursos, sob o nome de discurso citado, devem ser analisados na perspectiva da enunciação “por considerar que de todas as formas da língua, as formas sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas da enunciação, *dos atos de fala*”. (idem, p. 139-140, grifo do autor).

Bakhtin [Volochinov] (idem), ao mostrar que os procedimentos de análise linguística (fonéticos, morfológicos e sintáticos) são inadequados para dar conta da enunciação, seja ela uma palavra, uma frase ou uma sequência de frases, concebe a enunciação como uma réplica do diálogo, uma unidade de base da língua de natureza social.

Para analisar o fenômeno de transmissão da palavra de outrem, Bakhtin [Volochinov] adota uma orientação sociológica nos estudos da linguagem e define o discurso citado como “*o discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*”. (1995, p. 144, grifo do autor). Ou seja, todo discurso, toda enunciação pode tornar-se um discurso citado, uma enunciação citada.

A enunciação de outrem, segundo Bakhtin [Volochinov] (idem), tem uma ‘significação profunda’, e é vista pelo falante como

a enunciação de uma *outra* pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos de sua integridade linguística e de sua autonomia estrutural primitivas. (Grifo do autor).

A enunciação que cita e a enunciação citada são construídas em contextos independentes e, na passagem para o contexto narrativo, a enunciação citada, dada a sua autonomia estrutural e semântica, mantém o seu conteúdo linguístico e estrutural de origem. Essa integração linguística e enunciativa, segundo o autor (p. 145), é crucial para que o discurso citado seja “completamente apreendido”. No entanto, podem ocorrer nessa integração “diferenças essenciais entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior do contexto” (idem, p. 146), pelas mudanças que ocorrem com o deslocamento do recorte do discurso citado do seu contexto na formação de um novo contexto.

2.2 A dupla enunciação em Ducrot

A partir do conceito de polifonia desenvolvido por Bakhtin, para quem várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas se sobreponha às outras, Ducrot (1987) pesquisa esse postulado nos enunciados e acaba sustentando que, numa mesma enunciação, é possível verificar a presença de mais de um sujeito falante.

Para o linguista, a descrição da enunciação é constitutiva do sentido dos enunciados e “esta descrição contém ou pode conter a atribuição de um ou vários sujeitos à enunciação (locutores/enunciadores³) que seriam sua origem”. (idem, p. 182).

Ducrot (1987), na sua primeira forma de polifonia, sustenta a existência de dois locutores distintos em casos de “dupla enunciação”, ou seja, em uma enunciação atribuída a um locutor é possível aparecer sempre uma enunciação atribuída a um outro locutor. Essa forma de polifonia ocorre no discurso relatado em estilo direto, como no exemplo: Se Pedro diz “João me disse: *eu virei*”, segundo o autor, há duas marcas de primeira pessoa que remetem a dois seres distintos representados por dois locutores diferentes, o primeiro é atribuído a Pedro e o segundo a João. Esta possibilidade de desdobramento do locutor “permite conhecer o discurso atribuído a alguém, [...] e permite ainda a alguém fazer-se o porta-voz de um outro e empregar, no mesmo discurso, *eus* que remetem tanto ao porta-voz quanto à pessoa da qual é porta-voz”. (DUCROT, 1987, p. 185).

Para Ducrot (1987), o discurso relatado em estilo direto (RED) consiste em uma apresentação da enunciação como dupla: “o próprio sentido do enunciado atribuiria à enunciação dois locutores distintos,

eventualmente subordinados”. (p. 186). Nessa linha, “o RED procura reproduzir na sua materialidade as palavras produzidas pela pessoa de quem se quer dar a conhecer”. (idem). Diz ainda Ducrot (p. 187) que “A verdade do relato não implica, pois, se o RED é um caso particular de dupla enunciação, uma conformidade material das falas originais e das falas que aparecem no discurso daquele que relata”.

A diferença entre estilo direto e o estilo indireto, segundo Ducrot, não é que o primeiro dá a conhecer a forma e o segundo só o conteúdo. No discurso relatado direto, o locutor **faz falar** um outro, atribuindo-lhe a responsabilidade da fala, e no discurso relatado indireto, o locutor **incorpora** na sua fala a fala de um outro locutor. (Grifo nosso).

2.3 As figuras da enunciação em Guimarães

Guimarães (2005), na disciplina teórica Semântica do Acontecimento⁴, institui as figuras de enunciação no espaço de enunciação, no qual ocorrem as cenas enunciativas que, segundo o autor (idem, p. 23), “se caracterizam por constituir modos específicos de acesso às palavras, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Na cena são agenciados lugares de enunciação específicos para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”.

Guimarães (idem) divide as figuras da enunciação em Locutor, locutor-x e enunciador. O Locutor (com L maiúsculo) se representa como a fonte do dizer, como contemporâneo ao presente desse dizer. O Locutor (L) toma a palavra afetado por lugares sociais que o autorizam a falar de um determinado modo e em uma determinada língua. O lugar social representa o locutor-x, sendo x a variável que representa vários lugares (jornalista, fonte etc.). O Locutor é, assim, díspar a si, “uma disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento” (ibidem, p. 24). Os enunciadores são lugares de dizer, outra divisão do Locutor na cena enunciativa, e correspondem a quatro tipos: enunciador-individual, enunciador-genérico, o enunciador-universal e o enunciador-coletivo.

Os espaços de enunciação, espaços de constituição de falantes ou de sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer, “se caracterizam politicamente pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do

conflito, indissociado desta deontologia que redivide o sensível, os papéis sociais”. (GUIMARÃES, 2003, p. 55).

Para as análises, nos filiamos à Semântica do Acontecimento, disciplina que reúne definições teóricas que estabelecem a relação entre falantes e línguas no acontecimento do dizer, bem como os fundamentos e os procedimentos de análise de textos relatados ou não, integrados por enunciados.

3. Análise

Nos recortes extraídos de textos jornalísticos eletrônicos em que ocorre o enunciado *disse a fonte que não quis ser identificada* e outros enunciados correlatos, observamos a presença do discurso relatado indireto que se caracteriza por incorporar o dizer de outro locutor social (a fonte de notícias, no nosso caso), que aparece como a exterioridade já-dita antes, em outro lugar, do que se diz na enunciação jornalística, numa abordagem teórica que nos afasta do tratamento gramatical dado às estruturas sintáticas da trilogia discurso direto, indireto e indireto livre, e das perspectivas teóricas que não levam em conta a relação do memorável no funcionamento da língua no acontecimento do dizer.

Os recortes teóricos selecionados para as análises se apresentam sob a forma de discurso relatado indireto que retoma, interpreta e incorpora enunciações realizadas. O discurso relatado, que se coloca como uma das formas da língua mais usadas no cotidiano dos falantes, permite relatar sob a forma direta ou indireta o discurso do outro. Guimarães (2006, p. 27), ao considerar a importância do funcionamento desse discurso na relação sujeito/língua, diz que no discurso relado indireto “o locutor do enunciado nos conta algo que outro locutor disse e nos conta isto sem reproduzir diretamente as palavras desse outro locutor”.

Vamos aos recortes⁵.

(R1) Uber busca comprar carros autônomos, diz fonte

(DR1)

A empresa estaria sondando fabricantes do setor automotivo para fazer um grande pedido de carros sem motoristas.

18/03/2016 | 18h46

O serviço de transportes urbanos Uber estaria procurando empresas do setor automotivo para fazer um grande pedido de carros sem motoristas, **disse uma fonte do setor nesta sexta-feira, 18. (DR2)**

“Eles querem carros autônomos”, **disse a fonte, que não quis ser identificada.** “Parece que eles estavam fazendo compras.” **(DR3)**

O Uber, que acumula déficits, conseguiria grandes economias em seu maior custo – os motoristas – se fossem incorporados carros autônomos à sua frota.

Audi, Mercedes-Benz e as fornecedoras de componentes Bosch e Continental estão todas trabalhando em tecnologias para carros autônomos ou semi-autônomos (sic).

Mais cedo nesta sexta-feira, a publicação alemã *Manager Magazin* divulgou que o Uber fez um pedido para pelo menos 100 mil sedãs S-Class, da Mercedes, citando fontes em ambas as empresas.

Outra fonte familiarizada com o assunto disse que nenhum pedido foi protocolado junto à Mercedes-Benz. (DR4)

Daimler, controladora da Mercedes-Benz, e Uber não quiseram comentar o assunto.

Executivos da indústria automotiva têm receio em fazer acordos com empresas de tecnologia recém-chegadas que ameaçam seus modelos de negócios baseados em manufatura e venda de carros.

“Não queremos acabar como a área de celulares da Nokia, que já foi altamente lucrativa e então desapareceu”, disse uma fonte do setor automotivo sobre um eventual acordo com o Uber. (DR5)

(<http://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,uber-busca-comprar-carros-autonomos--diz-fonte,10000048405> Acesso em: março de 2016).

O R1 textualiza um dos caminhos encontrados pelas empresas de serviço de transportes urbanos Uber, nos grandes centros urbanos do país, como a aquisição de carros autônomos, com o objetivo de

reduzir gastos com a substituição de seus motoristas por carros automotivos. O fato de querer economizar às custas da extinção da figura do motorista, coloca o Uber no centro das atenções dos motoristas que perderiam o emprego, dos taxistas que se sentem ameaçados com a concorrência do Uber e também das indústrias automotivas que lucrariam com a eventual produção de carros desse porte, gerando, por parte das pessoas envolvidas, informações, opiniões e especulações cotidianas, que se constituem em farto material jornalístico. Esses acontecimentos do dizer, que circulam nos espaços das grandes cidades que dispõem desse serviço, constituem o memorável do Uber, que permite “aliar a atualidade da formulação e o memorável de outras enunciações que comparecem no acontecimento enunciativo” (DIAS, 1917, p. 392-393) do recorte 1.

O título do texto “Uber busca comprar carros autônomos, diz fonte” (DR1), sob a forma de discurso relatado, evoca o memorável do lançamento, nos Estados Unidos pelo Uber, de uma modalidade de carros que dispensa condutores e direciona os sentidos da notícia para o presente da enunciação; e o enunciado-subtítulo “A empresa estaria sondando fabricantes do setor automotivo para fazer um grande pedido de carros sem motoristas” expande os sentidos do título e reescreve por condensação toda a notícia jornalística.

No R1 temos a ocorrência de cinco discursos relatados, a partir do título, que se particularizam pelo modo de como a enunciação do locutor-jornalista incorpora a enunciação de outro locutor (fonte de notícias), realizada em outros tempos e lugares, tendo em vista que o acontecimento do dizer, segundo Guimarães (2005), ao se constituir no espaço de temporalização, recorta como memorável enunciações realizadas. E é nessa conjugação de tempos simbólicos que a enunciação do locutor-jornalista, ao incorporar o dizer do outro (da fonte), produz uma nova temporalização, um novo acontecimento.

No funcionamento do discurso relatado, a incorporação da enunciação da “fonte” pela enunciação do locutor-jornalista, podem ocorrer mudanças de sentido pelo deslocamento do recorte na constituição de uma nova enunciação, pois não há completude na transposição da materialidade da notícia para a enunciação do locutor-jornalista, mas fragmentos dessa notícia, ou seja, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”. (ORLANDI, 1984 em GUIMARÃES, 2011, p. 44).

Os discursos relatados negritados no R1 serão identificados nas análises por DR2, DR3, DR4 e DR5 e, embora o enunciado *disse a fonte, que não quis ser identificada* (DR3) se constitua no objeto de análise deste artigo, seguiremos a ordem descrita no texto.

DR2. “O serviço de transportes urbanos Uber estaria procurando empresas do setor automotivo para fazer um grande pedido de carros sem motoristas, disse uma fonte do setor nesta sexta-feira, 18”.

No DR2, o locutor-jornalista relata a informação dada pela “fonte”, colocando-se no lugar de quem enuncia. Esse novo lugar social do locutor-jornalista, determinado pelo sigilo da “fonte”, é constituído por uma deontologia que regula/orienta a distribuição dos lugares sociais no acontecimento, ou seja, a relação daquele que fala com a “fonte” que se constitui em outro acontecimento e com aquele para quem se fala no acontecimento da notícia jornalística.

Nesse discurso relatado, “uma fonte do setor” não é agenciada em Locutor e o seu dizer, ao integrar-se à enunciação do locutor-jornalista, funciona como um já dito que pode ser alterado, interpretado ou mesmo ser repetido. Queremos destacar que no discurso relatado indireto a “fonte” não diz, ela é dita, e esse já dito, ao ser incorporado à enunciação do locutor-jornalista, passa a ressignificar, visto que o acontecimento do R1 é distinto do acontecimento em que se deu a interlocução com a “fonte”.

O discurso relatado no DR2 pode ser representado por:

(1) Locutor-jornalista: EU DIGO QUE uma fonte do setor **disse**: X.

A construção do discurso relatado em análise não segue o modelo do esquema sintático preconizado pela gramática – verbo dicendi *disse* + conjunção subordinativa *que* –, o que não inviabiliza a natureza do discurso, pois, na linguagem jornalística não há uma regra fixa para a construção do discurso relatado indireto e, dependendo do lugar social do locutor-jornalista e da “fonte” no espaço de enunciação em que se constituíram, podem ocorrer outras formas de relatar a notícia, considerando que “qualquer expressão linguística funciona, de

um lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala, do locutor com o acontecimento no qual ele fala aquilo que fala; e, de outro, por uma relação entre os elementos linguísticos”. (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

Outras transformações de DD para DI, conforme Jean Dubois et al. (1998, p. 195), também podem acarretar

o desaparecimento indireto das marcas de enunciação *eu X tu* e impor referências de lugar e de tempo, não mais em relação à pessoa que pronunciou a frase mas à pessoa que fez a narração, repetindo as palavras.

O emprego do verbo no futuro do pretérito composto “estaria procurando” corrobora o que diz Cornu (1999) sobre a utilização desse recurso de linguagem pelos jornalistas como condicional, no intuito de indicar incerteza e não expor as pessoas envolvidas. Esse emprego, no entanto, pode se alterar conforme a linguagem empregada pelos interlocutores nos espaços de enunciação. Outro recurso da língua é o emprego do artigo indefinido “uma” em “uma fonte”, que funciona de modo indeterminado para mantê-la de modo indefinido, sustentando o seu anonimato.

DR3. “Eles querem carros autônomos”, disse a fonte, que não quis ser identificada. “Parece que eles estavam fazendo compras”.

Nesse recorte é possível observar a divisão do Locutor em vários locutores, pois para se constituir como Locutor (L), é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a dizer. Vejamos:

1 1 - locutor-fonte da primeira informação (representado por *Eles*);

L 12 - locutor-fonte (*a fonte que não quis ser identificada*);

13 - locutor-jornalista (retoma e interpreta esses dizeres que são incorporados a sua enunciação).

Nessa representação, podemos afirmar que, pelo efeito dos lugares sociais, na instância da informação o locutor-1 e o locutor-2 são

agenciados por acontecimentos distintos, já ocorridos, e na instância do relato no recorte eles são ditos, como ocorre com a terceira pessoa na descrição do sistema pronominal proposta por Benveniste (1995) que, ao mostrar a oposição entre os pares *eu-tu* (os sujeitos da interlocução) e *ele* (o pronome da não pessoa), diz que *ele* se refere a um objeto colocado fora da alocação.

Essa ocorrência nos permite dizer que pelas mudanças estruturais da língua que decorrem da passagem do discurso direto para o discurso relatado indireto, o já dito da “fonte” aparece marcado no acontecimento de linguagem na terceira pessoa (*ele/ela disse*) e essa relação de pessoas nos remete ao plano de enunciação histórico que, conforme Benveniste (1995), exclui a presença do sujeito que enuncia e nela só se verificam formas da terceira pessoa, ou seja, a forma verbal que exprime a “não pessoa”.

O discurso relatado no DR3 pode ser representado por:

(1) Locutor-jornalista: EU DIGO X (QUE disse a fonte que não quis ser identificada) QUE disse X (Que **Eles** disseram).

As informações das fontes incorporadas ao acontecimento do locutor-jornalista mobilizam a intertextualidade, ou seja, “um texto fala sempre de outros textos, ou a partir de outros textos, ou de elementos de outros textos, incorporando-os e assim modificando-os”. (GUIMARÃES, 2011, p. 27).

Os pronomes “Eles” e “eles” no DR3 funcionam de forma indeterminada pela ausência, na cena de enunciação, das figuras enunciativas a quem os pronomes se referem e que, segundo Ducrot, funcionam nos enunciados como locutores impessoais.

No DR3, evidencia-se uma marca do discurso direto pelo emprego do verbo no presente do indicativo em “Eles querem carros autônomos”. No entanto, a manutenção dessa flexão no discurso relatado indireto, pode ocorrer, segundo Othon M. Garcia (2006, p. 153), “se a ação declarada na oração integrante perdura ainda no momento em que se fala”. Podemos observar essa ocorrência no enunciado destacado que, colocado de modo assertivo, infere uma certeza em relação à informação que se desloca com a modalização do verbo “parecer” no enunciado “Parece que eles estavam fazendo compras”, que modifica os sentidos anteriormente postos.

Sobre a oposição entre discurso direto (DD) e discurso indireto (DI), Bakhtin (1995) diz que na língua russa não há diferenças notáveis entre os dois esquemas sintáticos de transmissão do discurso de outrem (discurso direto e discurso indireto) como existem em outras línguas. A passagem do estilo direto ao indireto não se faz de maneira mecânica, mas por meio de análise e reformulação completa.

Outra diferença entre esses discursos também é colocada por Ducrot (1987), para quem, no discurso relatado direto, o locutor faz falar um outro que se torna responsável pelo que diz e, no indireto, o locutor incorpora na sua fala o dizer de um outro locutor. Na teoria a que nos filiamos, Guimarães (2006) diz que no discurso direto o locutor relata o que o outro locutor disse, relatando o que seriam as próprias palavras deste outro locutor; e no discurso indireto, o locutor relata o que disse o outro locutor, sem reproduzir diretamente as palavras deste outro locutor. Podemos acrescentar, ainda, que no discurso relatado direto, o locutor reescreva por repetição o que disse o outro locutor em outro acontecimento; e no discurso relatado indireto, o locutor interpreta o que disse o outro locutor em acontecimentos outros.

DR4. Outra fonte familiarizada com o assunto disse que nenhum pedido foi protocolado junto à Mercedes-Benz.

No DR4, a “fonte” predicada pela expressão “familiarizada com o assunto” torna a informação mais abalizada que as anteriores e significa que a “fonte” tem conhecimento do assunto e do funcionamento protocolar da Mercedes-Benz.

Pelo lugar social da “fonte” na Mercedes-Benz, observamos que o DR4 contraria as informações das fontes anteriores bem como o pedido do Uber à Mercedes publicado na *Manager Magazin*, ao afirmar que “nenhum pedido foi protocolado junto à Mercedes-Benz”. Essa contradição faz deslizar os sentidos dos já ditos e instala o conflito no centro do dizer, conflito que, conforme Guimarães (2005, p. 17), se constitui “pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos”.

Ao nos interrogar sobre o que leva a “fonte” a fornecer a notícia ao jornalista e omitir a sua identidade, observamos que as notícias da

“fonte” advêm da interlocução entre o jornalista e a “fonte” e se enquadram em uma das inúmeras fontes empregadas por jornalistas, a *Anônima (off)*, que descreve essa relação.

Entre o jornalista e a fonte se estabelece uma relação de confiança que pode incluir o compromisso do silêncio quanto à origem da informação. Essa relação envolve questões legais, éticas e deontológicas.

Trata-se do sigilo de fonte, em que o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte, o que é assegurado na legislação das democracias contemporâneas. Mas, cabe à fonte decidir o que pode ou não ser divulgado e, ao jornalista, considerar o *off* ou não. (SCHMITZ, 2011, p. 30).

Na construção do discurso relatado indireto (DR4) observamos a presença do verbo na voz passiva sem a presença do agente da passiva, o que caracteriza outro recurso da língua empregado para assegurar a não identificação da “fonte”.

O discurso relatado 4 pode ser representado como:

(1) Locutor-jornalista: EU DIGO QUE uma fonte familiarizada com o assunto **disse**: X.

DR5. “Não queremos acabar como a área de celulares da Nokia, que já foi altamente lucrativa e então desapareceu”, disse uma fonte do setor automotivo sobre um eventual acordo com o Uber.

No DR5 o locutor-jornalista rediz o que disse a “fonte” que não se identifica, que fica invisível, dadas as suas condições reais de existência. Nesse enunciado, a “fonte” aparece determinada (predicada) pela expressão “do setor automotivo” e, dado o seu lugar social no espaço de enunciação da empresa, assimila o lugar de dizer do enunciador coletivo, colocando-se como porta-voz da notícia.

Pelas predicções das “fontes” nos discursos relatados anteriores – “uma fonte do setor”; “outra fonte familiarizada com o assunto” e a do DR5 “uma fonte do setor automotivo”, podemos dizer que as interlocuções do locutor-jornalista com as “fontes” se deram em

espaços de enunciação, termo definido por Guimarães (2005, p. 18) como “espaços de funcionamento de línguas, habitados por falantes⁶, ou seja, “por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. E é nesses espaços em que falantes e línguas se dividem, que o locutor-jornalista estabelece relações de linguagem com as diversas “fontes” para obter informações sobre a possível compra de carros autodirigíveis pelo Uber.

O enunciado “Não queremos acabar como a área de celulares da Nokia, que já foi altamente lucrativa e então desapareceu [...]” evoca o memorável do insucesso da Nokia, na área de celulares e do receio de um eventual acordo com empresas de tecnologia recém-chegadas ao Brasil.

O discurso relatado nesse acontecimento pode ser representado por:

(1) Locutor-jornalista: EU DIGO QUE uma fonte do setor automotivo **disse**: X.

Retomando a cena enunciativa do R1, observamos que a construção desse texto é tecida de informações oriundas de várias “fontes” que dão a espessura linguístico-semântica ao texto-notícia, uma vez que o texto, enquanto unidade de sentidos, é integrado de enunciados. O texto (R1) tem como eixo a possível compra de carros autodirigíveis pelo Uber perpassado pelo memorável das informações advindas das “fontes”.

O R1 é atravessado por várias temporalidades, visto que é o acontecimento que temporaliza, pois o que se diz não se dá no tempo do sujeito, que diz afetado pelo memorável. Nessa linha, os acontecimentos do dizer em que se deu a interlocução do locutor-jornalista com as diferentes “fontes” estabelecem uma relação entre um antes e um depois, projetando um novo acontecimento, uma nova temporalização: a eventual compra de carros pelo Uber.

Nesse recorte observamos a constituição de falantes, ou seja, as diferentes fontes de notícias entrevistadas pelo locutor da matéria jornalística (R1), divididas pelo que podem ou não dizer, ou pelo que podem ou não informar, dadas as condições sociais do seu lugar no espaço de enunciação, pois como vimos, essas divisões de papéis são

regidas pela deontologia que organiza e distribuí os papeis dos falantes, o que pode também contribuir para o anonimato da fonte.

Do ponto de vista do discurso relatado, as informações participam da construção da notícia jornalística e da memória do Uber, imprimindo nos recortes os modos como as “fontes” fornecem as informações sob sigilo e como o locutor-jornalista, a partir do lugar social que assume nas diferentes cenas enunciativas, retoma, interpreta e incorpora esses dizeres, fazendo-os ressignificar.

Passemos ao recorte 2.

(R2) Rio quer novo concessionário para Maracanã após Paraolimpíada, diz fonte (DR1)

Por Rodrigo Viga Gaier

RIO DE JANEIRO (Reuters) - Uma nova licitação para definir o futuro administrador do Maracanã será feita antes do fim da Paraolimpíada, **segundo uma fonte próxima à discussão sobre a concessão do estádio (DR2), que prevê uma nova gestão em outubro.**

A partir de março, o Estado do Rio de Janeiro assume a gestão do Maracanã para preparar o estádio para Jogos Olímpicos, em agosto, e Paraolímpicos, em setembro.

A intenção é usar esse período para selar definitivamente o fim do “casamento” com a construtora Odebrecht, que forma o consórcio que adquiriu a gestão do estádio em 2013. A relação com o Estado se desgastou após alterações contratuais promovidas pelo governo fluminense e pelas dificuldades financeiras encontradas pela construtora, [...].

“A ideia é zerar de vez a relação com a Odebrecht e começar do zero de novo”, disse a fonte próxima ao assunto, que pediu para não ser identificada” (DR3).

(<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2016/02/19/rio-quer-novo-concessionario-para-maracana-apos-paralimpiada-diz-fonte.htm> Acesso em: março de 2016).

No recorte acima, as informações das “fontes” ditas em outros acontecimentos do dizer como “Uma nova licitação para definir o

futuro administrador do Maracanã” (DR2) e “zerar de vez a relação com a Odebrecht” (DR3) se cruzam para projetar uma nova temporalidade: definir o futuro gestor do Maracanã. Tratam-se de “fontes” distintas quanto aos acontecimentos que as agenciam, mas ligadas pelos lugares sociais que ocupam nesses acontecimentos: os de fontes sigilosas.

No R2 funcionam três discursos relatados distintos, mas vamos nos ater ao terceiro pela singularidade que o constitui: o pedido para não ser identificada.

DR3 A ideia é zerar de vez a relação com a Odebrecht e começar do zero de novo, “disse a fonte próxima ao assunto, que pediu para não ser identificada” (DR3).

No DR3, chamam atenção as particularidades do querer dizer da “fonte” que fornece a informação, mas pede para não ser identificada, o que significa dizer que estamos diante de uma “fonte” que, mesmo assegurada juridicamente, pede para ser mantida em sigilo. É possível dizer que no acontecimento anterior, a fonte foi agenciada duplamente, como mostra o relato do locutor-jornalista:

- (1) “**disse** a fonte próxima ao assunto;”
- (2) “(a fonte) que **pediu** para não ser identificada.”

Em (1) registra-se a regularidade do discurso relatado no funcionamento da língua do R2, e em (2) verificamos que os direitos do sigilo da fonte, assegurados na Lei da Imprensa e na Constituição em vigor, ainda não se realizaram na língua na ordem do dizível, que organiza a sua recorrência, mas na ordem do silêncio, que remete “ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (ORLANDI, 1995, p.12), que intervém na construção do memorável do direito ao sigilo no acontecimento do discurso relatado 2.

Na expressão “a fonte próxima ao assunto”, a “fonte” aparece determinada (predicada) por “próxima ao assunto”, o que a qualifica como “fonte” que tem conhecimento do assunto e/ou participa das discussões do novo concessionário para o Maracanã.

O locutor-jornalista produz o texto sobre a concessão do estádio do Rio de Janeiro, a partir das interlocuções que estabelece com as “fontes” nos espaços de enunciação, interlocuções essas que, na enunciação do locutor-jornalista, fazem retornar o memorável da concessão do estádio carioca.

A incorporação da enunciação da “fonte” pela enunciação do locutor-jornalista faz ressignificar os sentidos do texto jornalístico, por considerar que se tratam de acontecimentos do dizer distintos quanto à temporalidade e aos locutores que por eles são agenciados a dizer.

Algumas Considerações

Pelas análises dos discursos relatados indiretos nos dois textos jornalísticos eletrônicos, verificamos que as fontes de notícias não dizem, elas são ditas pelo Locutor, agenciado em locutor-jornalista. Essa relação enunciativa se constitui primeiro de uma interlocução entre o locutor-jornalista e a fonte de notícias em um acontecimento anterior ao que está sendo relatado; e segundo, da enunciação da fonte que é incorporada à enunciação do locutor-jornalista que passa a relatá-la.

Queremos destacar que a construção dos textos jornalísticos é entremeada por dois tipos de relato: no primeiro, o locutor-jornalista relata os acontecimentos sem remeter às fontes; e no segundo, o locutor-jornalista rediz as informações das fontes de notícia, nas quais as fontes aparecem marcadas pelo verbo *dicendi* “disse”.

A construção dos discursos relatados nos textos analisados nem sempre segue a estrutura do discurso indireto proposta pela gramática, pois para a perspectiva enunciativa, que toma a língua como um fenômeno social e histórico, importa o funcionamento desse discurso nos textos relatados e como os sujeitos se movimentam neles.

Referências bibliográficas

BATALHA, Florbela. O que acontece quando o código deontológico dos jornalistas é violado. Disponível em:

http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pratica/Jornalismoumcasodeviola%C3%A7%C3%A3odoc%C3%B3digo.pdf Acesso em: maio de 2016.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Unicamp. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, n°. 51 (Jan./Jun.) 2009.

_____. Dois modos de não dizer EU. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas*. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

_____. *Análise de texto*. Procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

_____. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. Programa de Pós-Graduação em Letras PPGL/UFSM. *Língua e Literatura: Limites e Fronteiras*, n°. 26, 2003.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. No movimento do silêncio. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNCAMP, 1995.

SCHMITZ, Aldo Antonio. *Fontes de notícias*. Ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: [//www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Schmitz%2C+Aldo+Antonio+Fontes+de+not%C3%ADcias+:+a%C3%A7%C3%B5es+e+estrat%C3%A9gicas+das+fontes+no+jornalismo](http://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Schmitz%2C+Aldo+Antonio+Fontes+de+not%C3%ADcias+:+a%C3%A7%C3%B5es+e+estrat%C3%A9gicas+das+fontes+no+jornalismo)

Acesso em: julho de 2016.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento, discurso relatado, fonte de notícia.

Keywords: *Semantics of Enunciation*, discourse reported, news source.

* Profa. Dra. em Linguística do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso/Cáceres.

¹ Na linguagem jornalística, o Código Deontológico é um documento que reúne um conjunto de regras e obrigações que orientam o exercício de uma determinada profissão. (BATALHA).

Disponível

em:

http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pratica/Jornalismoumcasodeviola%C3%A7%C3%A3odoc%C3%B3digo.pdf Acesso em: maio de 2016.

² Art. 71 Nenhum jornalista ou radialista, ou, em geral, as pessoas referidas no art. 25, poderão ser compelidos ou coagidos a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações, não podendo seu silêncio, a respeito, sofrer qualquer sanção, direta ou indireta, nem qualquer espécie de penalidade.

-
- ³ Ducrot (1987) define o locutor como a figura da enunciação que se representa como a responsável pela enunciação, como a fonte do dizer. O locutor é aquele que se representa como *eu* e outras marcas da primeira pessoa na enunciação. Ao locutor remetem as marcas de primeira pessoa contidas no enunciado. Ainda no interior da figura do locutor, o linguista distingue duas representações: o *locutor-enquanto-tal* (L), responsável pela enunciação, e o *locutor-enquanto-ser-no-mundo* (λ), origem do enunciado. O enunciador, segundo Ducrot (1987, p. 195), é a principal figura da polifonia, é “a figura de sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação”.
- ⁴ Definida por Guimarães (2005, p. 07) como a “semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação”.
- ⁵ Guimarães (2011, p. 44) opera a noção de *recorte* feita no interior da Análise de Discurso e a utiliza desde *Texto e Argumentação* (1987): “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva”. (ORLANDI, 1984, p. 14).
- ⁶ Nos espaços de enunciação, os falantes, conforme Guimarães (2011, p. 52), “são sujeitos da língua enquanto constituídos por esses espaços de línguas e falantes”.